**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - UFGD**
**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA**
**CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

HIVANA RODRIGUES ARANTES ORTIZ

# A EVOLUÇÃO DOS INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS BRASILEIROS ENTRE OS ANOS DE 2010 A 2019

DOURADOS/MS

2022

HIVANA RODRIGUES ARANTES ORTIZ

# A EVOLUÇÃO DOS INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS BRASILEIROS ENTRE OS ANOS DE 2010 A 2019

Trabalho de Graduação apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Vinicios Carvalho

Banca Examinadora:

Profª. Drª. Roselaine Bonfim de Almeida

Prof. Dr. Enrique Duarte Romero

Dourados/MS

2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).**

| | |
|---|---|
| O77e | Ortiz, Hivana Rodrigues Arantes.<br>A evolução dos indicadores econômicos e sociais brasileiros entre os anos de 2010 a 2019. / Hivana Rodrigues Arantes Ortiz. – Dourados, MS : UFGD, 2022.<br><br>Orientador: Prof. Dr. Leandro Vinicios Carvalho.<br>Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal da Grande Dourados.<br><br>1. Crescimento. 2. Desenvolvimento. 3. Indicadores. 4. Desigualdade. 5. Educação. I. Título. |

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.**

**©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.**

Digitalizada com CamScanner

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA – FACE/UFGD

UFGD
Universidade Federal da Grande Dourados

# ATA DE APROVAÇÃO DE BANCA EXAMINADORA DE TRABALHO DE GRADUAÇÃO II, SEMESTRE LETIVO 2022.1

## A EVOLUÇÃO DOS INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS BRASILEIROS ENTRE OS ANOS DE 2010 A 2019

HIVANA RODRIGUES ARANTES ORTIZ

Esta monografia, realizada presencialmente, foi julgada adequada para aprovação na atividade acadêmica específica de Trabalho de Graduação II, que faz parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Apresentado à Banca Examinadora integrada pelos professores:

Leandro Vinicios Carvalho
Prof. Dr. Leandro Vinicios Carvalho
(Presidente)

Profa. Dra. Enrique Duarte Romero
(Avaliador 1)

Roselaine B. de Almeida
Prof. Dr. Roselaine Bonfim de Almeida
(Avaliadora 2)

DOURADOS-MS, 31 de outubro de 2022.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pelas bênçãos que ele me proporcionou para realizar meu trabalho de graduação, renovando minhas forças quando eu mais precisei.

Agradeço minha mãe, Cláudia Rodrigues, pelo grande incentivo; parceria e amor que me deu durante todo o processo de elaboração desse trabalho e na vida. Agradeço também a minha avozinha gata Etelvita, por sempre ser uma mulher que inspira todas nós da família com sua garra e positividade que me faz ter um olhar mais leve e positivo sobre a vida.

Agradeço ao meu professor Enrique Romero, que foi como um pai durante toda a graduação, assim como ele é considerado para muitos alunos e, principalmente, pelo apoio no final da graduação.

Agradeço a minha irmã Hizabelly por me ajudar no primeiro ano da faculdade, me recebendo na sua casa em Itaporã e sempre com toda parceria e amor até hoje.

Agradeço aos meus tios, Mazilda e Alceu, por terem me recebido em sua casa em Dourados, no segundo ano da faculdade com todo acolhimento e carinho.

Agradeço ao meu amigo Allison Sousa, pela ajuda, presteza e pela inspiração durante a faculdade. Agradeço aos meus amigos Mayara, Samara, Daiane e Mateus. Esse grupo de amigos construíram boas memórias desde 2015, com ajuda nos estudos e parceria nas festas. Eles fizeram toda diferença na minha vida pessoal e acadêmica.

Agradeço ao meu excelente professor de macroeconomia e orientador Leandro Carvalho, por toda paciência, dedicação em sua orientação e apoio sempre.

E também o meu muito obrigado a todos os professores de ciências econômicas da Faculdade de Administração Ciências Contábeis e Economia – FACE da UFGD, que contribuíram para a minha formação na área de Ciências Econômicas.

**RESUMO**

O trabalho em questão tem como objetivo analisar os indicadores econômicos e sociais no Brasil, no período de 2010 a 2020. Mas, em particular, pretende-se analisar a evolução dos indicadores de crescimento, como renda, Produto Interno Bruto - PIB, PIB per capita, número de empregados, mão de obra desempregada e analisar a evolução dos indicadores que medem o desenvolvimento social, como alguns indicadores de infraestrutura, saúde, educação e o IDH, e também o índice de Gini. Para isso, o método utilizado será de análise descritiva dos dados. Foi possível observar que nessa última década o cenário macroeconômico brasileiro teve uma deterioração significativa, com quedas na renda mais acentuada do que a queda no mundo, e a aceleração da inflação no Brasil também foi mais intensa do que a aceleração no nível de preços mundial. O mercado de trabalho no país também apresentou uma deterioração dado que como a renda tem decrescido (35,98% entre 2009 e 2021), a população tem encontrado cada vez maior dificuldade em se inserir no mercado de trabalho, fato observado pela última taxa de desemprego de 2021 ser de 13,50% o que significa um crescimento de 57,24% em oito anos (2013 a 2021). Nos indicadores sociais o acesso a renda medido pela renda per capita teve uma piora nos anos recentes (queda de 2,68% entre 2016 e 2020) o que se agrava dado ao aumento da concentração da renda observado pelo Índice de Gini. Em termos de saúde é preocupante o aumento da taxa de mortalidade e da diminuição de leitos hospitalares. No que se refere à educação é notável a expansão dos gastos com ensino superior, porém é devido prestar atenção não nos recursos no orçamento, mas na qualidade da gestão e do direcionamento das políticas educacionais. Por fim dado a deterioração nos indicadores de renda é possível observar o impacto sobre o IDH que apresentou uma queda de 1,57% entre 2020 e 2021.

Palavras-chave: Crescimento; Desenvolvimento; Indicadores; Desigualdade; Educação.

**ABSTRACT**

The work in question aims to analyze the economic and social indicators in Brazil, from 2010 to 2020. But, in particular, it is intended to analyze the evolution of growth indicators, such as income, Gross Domestic Product - GDP, GDP per capita, number of employees, unemployed workforce and analyze the evolution of indicators that measure social development, such as some indicators of infrastructure, health, education and the HDI, as well as the Gini index. For this, the method used will be a descriptive analysis of the data. It was possible to observe that in the last decade the Brazilian macroeconomic scenario had a significant deterioration, with falls in income more accentuated than the fall in the world, and the acceleration of inflation in Brazil was also more intense than the acceleration in the world price level. The labor market in the country has also deteriorated, given that as income has decreased (35.98% between 2009 and 2021), the population has found it increasingly difficult to enter the labor market, a fact observed by the latest unemployment rate. unemployment in 2021 is 13.50%, which means a growth of 57.24% in eight years (2013 to 2021). In social indicators, access to income measured by per capita income has worsened in recent years (2.68% drop between 2016 and 2020), which is aggravated by the increase in income concentration observed by the Gini Index. In terms of health, the increase in the mortality rate and the decrease in hospital beds are worrying. With regard to education, the expansion of spending on higher education is notable, but it is necessary to pay attention not to resources in the budget, but to the quality of management and direction of educational policies. Finally, given the deterioration in income indicators, it is possible to observe the impact on the HDI, which dropped by 1.57% between 2020 and 2021.

Keywords: Growth; Development; Indicators; Inequality; Education.

# LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Brasil. ..... 18
Figura 2 – Evolução da Renda (PIB) em dólares correntes para o Brasil e para o Mundo. ..... 20
Figura 3 – Evolução do IPCA para o Brasil e dados da Inflação Média Mundial ..... 21
Figura 4 – Evolução dos juros básicos (Selic em pontos percentuais) e da Taxa de Câmbio (em R$/US$) - valores médios para cada ano. ..... 22
Figura 5 – Evolução das Importações e Exportações Totais da Economia Brasileira ..... 23
Figura 6 – Evolução da Força de Trabalho e do Número de Pessoas Ocupadas no Brasil ..... 24
Figura 7– Evolução da Taxa de Desemprego no Brasil – valores percentuais ..... 25
Figura 8 – Evolução do PIB per capita – valores em dólares de 2017 ..... 26
Figura 9 – Índice de Gini para o Brasil e para as Regiões Brasileiras ..... 27
Figura 10 – Evolução do Acesso a Eletricidade no setor Urbano e Rural – valores em % ..... 28
Figura 11 – Evolução da Expectativa de Vida e da Taxa de Mortalidade no Brasil ..... 29
Figura 12 – Evolução da Mortalidade Infantil e Neonatal para o Brasil ..... 30
Figura 13 – Evolução dos Gastos em Educação no Brasil por modalidade de ensino - valores em porcentagem do orçamento da educação. ..... 31
Figura 14– Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano para o Brasil ..... 32

# SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO ..... 8
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA ..... 11
2.1 REVISÃO TEÓRICA ..... 11
2.1.1 Os Conceitos de Crescimento e Desenvolvimento Econômico ..... 11
2.1.2 Os Indicadores de Crescimento e Desenvolvimento Econômico ..... 13
2.2 REVISÃO DE LITERATURA ..... 15
3 METODOLOGIA ..... 18
3.1 Área de Estudo ..... 18
3.2 Organização dos Dados ..... 19
4 RESULTADOS ..... 20
4.1 Evolução da Renda e o Cenário Macroeconômico da Economia Brasileira ..... 20
4.2 Análise dos Indicadores de Desenvolvimento Econômico ..... 26
5 Considerações Finais ..... 33
REFERÊNCIAS ..... 36

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país industrializado e com uma complexa instituição econômica e financeira, além de apresentar diversidade cultural, dicotomias sociais e extensão continental. As áreas que estudam o tamanho da disparidade econômica regional no Brasil rumo ao desenvolvimento, são diversas. Começam nas ciências sociais e vai até as áreas de exatas, sendo assim um tema pertinente em diferentes campos de estudo. (SILVA, 2014).

A importância de se discutir sobre o desenvolvimento aumentou na metade do século XX, mas limitava-se particularmente ao desenvolvimento econômico. O IDH passou a ter mais impacto mundial após a primeira publicação do Relatório de Desenvolvimento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 1990, que visava problemas de desenvolvimento que não envolvesse somente questões relacionadas ao quantitativo da renda (BOTASSIO; OLIVEIRA, 2018).

A partir da crise de 2008 e, sobretudo, no início do século XXI, foram retomadas as discussões sobre desenvolvimento econômico, contudo baseada em indicadores multidimensionais, com o intuito de estudar a grandeza e estrutura das disparidades da formação da riqueza e sua distribuição em termos mais amplos (SILVA, 2014).

Anteriormente, as análises de desenvolvimento se pautavam no crescimento econômico de forma limitada desde antes da Segunda Grande Guerra até na metade dos anos 1970, ou seja, na alta do PIB ou por meio dos aumentos na *renda per capita*. No final da Segunda Guerra houve uma mudança, com alguns questionamentos sobre tal forma tradicional de avaliação, então apareceram novas formas de análise e indicadores. Em conjunto com a transformação, do significado tanto do que seria desenvolvimento e nas discussões sobre o subdesenvolvimento (SILVA, 2014).

Mas só em 1970 que os indicadores qualitativos tiveram maior repercussão e começou a discussão sobre uma base multidimensional de indicadores, além da questão da temática da renda dos países (SILVA, 2014).

No que se refere às questões sobre a renda, o Brasil, por ser um país de dimensões continentais, apresenta movimentos distintos de crescimento e desenvolvimento econômico entre as suas regiões. Por exemplo, alguns estudos mostram que a Região Centro-Oeste brasileira tem um bom desempenho quando comparada com o padrão da média do país, porém ainda existem entraves socioeconômicos não apenas na Região Centro-Oeste, mas em todo o país. Tais

entraves prejudicam o crescimento da renda e acabam não criando um ambiente favorável para um melhor desenvolvimento econômico não só da região como de todo o país.

Para que se tenham melhores indicadores de desenvolvimento será necessário, sobretudo olhar para questões fundamentais como saúde, educação, habitação e também para diminuição da concentração de renda (Índice de Gini). É necessário que políticas públicas estejam proporcionando à população um maior acesso aos serviços básicos que garantam melhor qualidade de vida na região e no país (SANTOS; SCHLINDWEIN, 2014).

Outro indicador não tradicional , ou seja índice que mede o desenvolvimento, esse tem grande importância para se dimensionar a qualidade de vida no país é o acesso ao saneamento básico, na qual oferece um sistema de coleta de esgoto. Mesmo estando entre os países com as vinte maiores economias do planeta, ainda necessita organizar sua estrutura no século XXI e desenvolver um serviço tão fundamental para a população. Isso mostra que dados sobre crescimento analisados de forma isolada são insuficientes para explicar o desenvolvimento de um país (SILVA, 2014).

Diante do que foi exposto e diante dos desafios que o Brasil tem enfrentado nos últimos anos em termos de pouco crescimento da economia e uma piora nos desempenhos dos principais indicadores sociais e de desenvolvimento o que justifica a importância da análise do presente trabalho. De acordo com dados do Banco Mundial (2022) o país entre os anos de 2009 a 2021 teve uma queda no PIB de 35,98%, somado a isso a inflação teve um aumento significativo de 66,75% nesse mesmo período. Além disso, segundo dados do Fundo Monetário Internacional - FMI (2022) a moeda brasileira apresentou entre 2010 e 2021 uma desvalorização de 206,63%. A concentração de renda segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2022) aumentou em 0,74% entre 2012 e 2021 fato que não seria tão preocupante se as taxas de concentração de renda na economia brasileira não fossem historicamente altas e por isso retrocessos nesse índice são especialmente preocupantes.

Diante do exposto o objetivo do presente trabalho é analisar os indicadores econômicos e sociais do Brasil entre 2010 e 2020[1]. Mais especificamente, pretende-se: i) analisar a evolução dos indicadores de crescimento como renda, número de empregados, mão de obra desempregada,

[1] Por uma questão de utilizar a disponibilidade de dados das principais fontes como IBGE, FMI e Banco Mundial os dados tem alguma variação de período, sendo alguns dados analisados a partir de 2009 como a renda e outros por períodos maiores até 2021 quando disponível. Tal fato se justifica dado o objetivo central do trabalho que é entender o comportamento da economia brasileira nessa última década.

PIB *per capita* do Brasil; ii) analisar a evolução dos indicadores sociais como o IDH; iii) avaliar a evolução do indicador de desigualdade (Gini) e o acesso dos brasileiros à educação, saúde e infraestrutura.

O presente trabalho está estruturado em cinco seções sendo essa introdução, seguido da revisão bibliográfica, onde serão apresentadas as principais teorias que embasam o estudo e também os principais trabalhos desenvolvidos nessa área de pesquisa. Na terceira seção será apresentada a metodologia em que serão apresentados os dados a serem coletados nesse trabalho. Na seção seguinte serão explorados os resultados obtidos por meio dos dados coletados e na quinta seção as considerações finais. Por fim são apresentadas as referências que embasam o presente trabalho.

# 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

## 2.1 REVISÃO TEÓRICA

Essa seção tratará de alguns aspectos referentes às definições sobre crescimento e desenvolvimento econômico e algumas medidas que são usualmente utilizadas para mensurar os indicadores de crescimento e desenvolvimento econômico em um país.

### 2.1.1 Os Conceitos de Crescimento e Desenvolvimento Econômico

Quando se refere ao crescimento econômico, se discute sobre o aumento quantitativo da economia de um país, medido através do Produto Interno Bruto - PIB, que consiste na soma de todos os bens e serviços finais produzidos em um determinado período de tempo, segundo definição do IBGE (2022). Por outro lado, o desenvolvimento econômico pode ser considerado como um conjunto de transformações associadas às mudanças na estrutura do sistema econômico, geralmente atrelada a uma maior distribuição de renda e geração de bem estar em áreas como saúde e educação (SOUZA, 2007).

A definição de desenvolvimento econômico está atrelada a uma mudança estrutural, diversos autores desenvolveram o tema para melhor oferecer um conceito sobre desenvolvimento econômico. Bresser Pereira (2008) afirma que é natural diferenciar desenvolvimento econômico de crescimento, sendo que o mesmo pode ser considerado um gerador da concentração de renda e de danos ao meio ambiente. Existem muitos exemplos populares sobre desenvolvimento econômico, que apresentam crescimento do padrão social, da renda por habitantes, da produtividade do trabalho e dos salários. Porém, somado a isso, também a alta concentração de renda e agressão à natureza.

Assim ao se considerar apenas a palavra desenvolvimento sem o adjetivo econômico tem significado mais abrangente, relacionado ao progresso do país. E no que se refere ao desenvolvimento econômico, conceito esse que não se limita somente ao crescimento da renda *per capita*, mas também às mudanças estruturais da economia de um país (BRESSER, 2008).

Segundo Bresser (2008), para Schumpeter, que foi segundo sua análise o primeiro economista a reproduzir esse acontecimento de que o desenvolvimento econômico tinha mais relação com investimento na incorporação do progresso técnico, ao invés do crescimento da renda por habitante. Schumpeter fala da distinção de desenvolvimento econômico para o

crescimento e justifica a ausência de lucro econômico no fluxo circular, para mostrar que só houve crescimento. E dar importância às transformações estruturais do sistema econômico, ou seja, a inovação, representado por um genuíno processo do desenvolvimento econômico.

O reconhecimento do desenvolvimento econômico pode passar também por uma discussão sobre a distribuição mais igualitária da renda. O economista indiano Amartya Sen, foi um dos que contribuíram para a criação do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, e pode ser considerado um dos mais influentes nesta área de estudo ligadas ao tema do desenvolvimento como um fator gerador de liberdades econômicas e individuais dos indivíduos em sociedade. Ele defende que o aumento da liberdade ou expansão das capacidades humanas, configura-se como elemento chave na geração de desenvolvimento econômico (BRESSER PEREIRA, 2008).

Segundo Bresser (2008) para Celso Furtado, o crescimento econômico se baseia na manutenção dos privilégios a fim de satisfazer as necessidades do excesso de trabalho das classes ricas. E o desenvolvimento é um planejamento social definido de forma implícita, ou seja, a distribuição é uma consequência do desenvolvimento econômico.

Para Celso Furtado, que segundo sua análise, afirma que se existe crescimento, significa que a economia cresceu, mas se houver crescimento isso não é garantido que haverá desenvolvimento. Porém, Furtado analisa que, para o crescimento não alterar a estrutura econômica de um país, seria necessário o alargamento de todos os setores econômicos ao mesmo tempo, contudo sem o aumento da produtividade, essa situação teria baixa probabilidade para acontecer (BRESSER PEREIRA, 2008).

Fazendo uma síntese do que foi discutido pode-se enfim dizer que o crescimento é a expansão da produção ou da renda de um país, enquanto o desenvolvimento é o crescimento aplicado nas estruturas econômicas. Portanto, crescimento econômico e desenvolvimento podem ter implicações diferentes, no entanto segundo Furtado, dizem respeito ao mesmo fenômeno quando são analisados na história e na prática (BRESSER PEREIRA, 2008).

Atualmente, além das mudanças estruturais que podem ocorrer na estrutura econômica devido ao processo de desenvolvimento, deve-se dar especial atenção ao tema da sustentabilidade como argumenta o trabalho de Cavalcanti (1994). Se não houver mudanças na tendência de crescimento de toda população, dos rumos da industrialização, dos níveis de poluição, da produção de alimentos e da consciência da esgotabilidade de recursos naturais, o planeta alcançará os seus limites de crescimento nos próximos cem anos. Os efeitos adversos serão muito

prejudiciais e incontroláveis para a capacidade produtiva Industrial e da população. É possível intervir nessa tendência de crescimento, com o intuito de construir um equilíbrio econômico e ecológico, que se sustente no longo prazo. E para haver essa condição sustentável para o planeta, será preciso um planejamento de equilíbrio global que atenda as necessidades básicas das pessoas e ofereça oportunidades igualitárias para elas se desenvolverem individualmente.

### 2.1.2 Os Indicadores de Crescimento e Desenvolvimento Econômico

Se uma economia teve desenvolvimento econômico e social, pode-se afirmar que a mesma cresceu. E somado a isso, para uma economia ter um desenvolvimento completo, será necessário o investimento em políticas públicas voltadas para a área de economia sustentável, e dessa forma poder garantir o bem estar social, crescimento econômico e sustentável de um país (SOUZA, 2007; JONES, 2015). Para tanto é preciso que se tenham indicadores apropriados para que se mostre como está ocorrendo à evolução em termos de crescimento e desenvolvimento econômico.

Como discutido na seção anterior, o crescimento econômico é uma medida de crescimento na renda, assim captado pelo Produto Interno Bruto – PIB calculado pelo IBGE (2022).

O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais ou produtos finais produzidos por uma região do país, no âmbito nacional, estadual ou municipal, durante um período de 12 meses. E cada país faz o cálculo do PIB de acordo com sua moeda. E para não haver dupla contagem, o PIB mede apenas o produto final. Na medida do PIB é considerado o preço do produto final que é vendido ao consumidor, já incluso os impostos IBGE (2022).

O PIB não é um acúmulo de toda a riqueza atual de um país, assim como um estoque de valor em uma economia como, por exemplo, o tesouro nacional. Na verdade, o PIB é um índice do movimento de bens e serviços finais produzidos recentemente durante um períodom, segundo IBGE, (2022).

Para calcular o PIB usa-se dados decorrentes de diversas fontes, parte dessas informações são construídas pelo IBGE e outras são de origem externas. O indicador gerado então permite fazer análises a partir de sua *performance*. É possível realizar algumas análises, tais como explicação dada pelo IBGE (2022) que é o órgão responsável pela elaboração do indicador:

i) Marcar o desenvolvimento do PIB ao longo do tempo, confrontando sua *performance* ano após ano.

ii) Fazer uma análise global para comparar a dimensão das economias de muitos países.

iii) Estudar o PIB *per capita* (por cada indivíduo, ou seja, é uma conta que divide o PIB pelo número de habitantes). Mostra o quanto cada indivíduo receberia em partes iguais do PIB.

O PIB é um índice de resumo do comportamento da economia. Ele quantifica o quanto uma economia cresceu em um ano em termos de valores, contudo, não mostra o comportamento de variáveis qualitativas, como distribuição de renda, qualidade de vida, educação e saúde. Uma economia ter um PIB alto, não quer dizer também que possui um excelente padrão de vida para as pessoas. E se apresentar um PIB baixo, não necessariamente é uma nação sem bem-estar social, poderá haver alto padrão de vida nesse país. Para um país ter um altíssimo padrão de vida, vai depender se nele houve desenvolvimento econômico, caso contrário, se tiver somente aumento do PIB, isso significa que teve apenas crescimento econômico (IBGE, 2022).

Dessa forma, se faz então necessário avaliar indicadores que consigam captar como o crescimento na renda está alterando as estruturas de funcionamento da economia, principalmente no que se referem a saúde, educação e desigualdade entre a divisão da renda.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um indicador síntese da ascensão no longo prazo dividida em três áreas principais do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O intuito da composição do IDH foi comparar com outro indicador muito importante na economia, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, na qual calcula somente a proporção econômica do desenvolvimento (IBGE, 2022).

Criado pelo economista Mahbub ul Haq com a colaboração do também economista indiano Amartya Sen, ele foi premiado com o Nobel de Economia de 1998. A intenção do IDH é de ser uma régua generalizada e resumida, e mesmo aumentando as visões sobre o desenvolvimento humano, não engloba e nem acaba todas as perspectivas do desenvolvimento (PNUD, 2022).

No que se refere à questão da desigualdade, o matemático italiano Conrado Gini criou o índice de Gini, uma ferramenta que determina o nível de concentração de renda para um grupo definido. Esse indicador apresenta a diferença dos rendimentos dos mais pobres em comparação

aos dos mais ricos. A análise do resultado é feita a partir de uma variação de zero a um, (podendo ser considerado também de zero a cem). Na interpretação dos resultados o número zero tem o significado de igualdade, a renda é igual para todos. O número 1(ou cem) é o oposto, ou seja, a riqueza está nas mãos de uma única pessoa. Na realidade, o coeficiente de Gini analisa a distribuição de renda entre os 20% mais pobres e os 20% mais ricos.

Assim pode-se observar que a medida de crescimento é captado pelo PIB, já o bem estar econômico e social pode ser medido através de índices de desenvolvimento social, como o índice de Desenvolvimento Humano - IDH e o índice de Gini, esse mede a concentração de renda, mas nenhum índice de desenvolvimento econômico vai ser suficiente para dar um resultado completo, cada índice complementa o outro. Se um país cresce economicamente, isso quer dizer que há possibilidades dele se desenvolver socialmente, pois o PIB que é uma ferramenta de cálculo, na qual mede toda a produção que foi consumida em um país, em forma de um valor chamado renda. Porém, não existe a certeza que nessa economia houve desenvolvimento que vai ser então captado pelos indicadores como o IDH e o Índice de Gini.

## 2.2 REVISÃO DE LITERATURA

Nessa seção serão apresentados alguns trabalhos que trataram da questão dos indicadores de crescimento e desenvolvimento econômico para a economia brasileira, apontando os principais índices a serem utilizados para esse tipo de análise.

O estudo feito por Santos e Schlindwein (2014) realizou um comparativo do desempenho de alguns índices socioeconômicos da Região Centro-Oeste com outras regiões do país, com foco na questão do desenvolvimento nacional, durante o período 2005 a 2010. As informações utilizadas foram retiradas de indicadores como PIB, PIB *per capita*, IDH, taxa de pessoas com acesso a serviços básicos, taxa de analfabetização e balança comercial, por meio de uma análise descritiva. Pela pesquisa se verificou que no Centro-Oeste quase 40% dos domicílios tem serviço de saneamento básico. A região Centro-Oeste da classe dos 10% mais ricos possui o maior rendimento médio familiar e esse resultado é devido ao alto rendimento do Distrito Federal, rendimento este muito acima do rendimento do país. No que se refere a balança comercial do Centro-Oeste teve uma variação positiva no total de 35,7% das importações por setores agregados entre 2009 e 2010, com destaque nos produtos não duráveis.

E uma variação positiva no total de 8,8% na exportação por setores agregados da região

centro oeste entre 2009 e 2010. Os resultados socioeconômicos indicaram que a região ainda precisa resolver problemas como, alto analfabetismo, baixos índices nas taxas de escolaridade e no acesso aos serviços básicos. A região se destaca principalmente comparada às outras regiões Norte e Nordeste, mas ainda há muito que pode ser melhorado em questão de melhores políticas públicas que ofereçam uma maior rede de serviços básicos, sobretudo, saúde, educação e saneamento básico.

Com o objetivo de estudar a evolução dos indicadores básicos do Índice de desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do Brasil, Botássio e Oliveira (2018) utilizaram do recurso de avaliação regional *shift-share*. O estudo foi feito em dois períodos diferentes, o primeiro entre 1991 e 2000 e o segundo entre 2000 e 2010. Foi realizada uma análise *shift-share* conhecida também como método Estrutural-Diferencial aplicado nos indicadores básicos do IDHM.

Essa ferramentade pesquisa regional, segundo Botássio e Oliveira (2018) examina o crescimento de uma variável em função de seus elementos. A matemática do método é representada por três termos, o regional, o nacional e o estrutural. Os indicadores básicos da variável de interesse IDHM são: a renda (IDHM Renda), a longevidade (IDHM Longevidade) e a educação (IDHM Educação). Os dados coletados eram oriundos de publicações do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Os resultados mostram a variação do índice de cada unidade federativa do Brasil comparando-os com o crescimento nacional. A educação teve um crescimento de destaque entre os indicadores nos dois períodos.

Verificou-se que nos anos 1990 houve uma variação positiva deste indicador básico de forma mais espalhada pelo Brasil e nos anos de 2000 teve destaque o melhor desempenho nas regiões Norte e Nordeste, porém é importante dizer que houve crescimento dos índices e IDHM de todas as unidades federativas dos períodos observados. A metodologia aplicada mostrou os indicadores básicos do IDHM que mais contribuíram para o desenvolvimento humano de cada região em relação ao Brasil nos dois períodos com o intuito de detectar os problemas de eficiência alocativa e de ativação social (BOTASSIO; OLIVEIRA, 2018).

O trabalho de Silva (2014) teve como objetivo estudar duas regiões distintas do Brasil Sudeste e Nordeste, sob o olhar das individualidades das regiões e da fronteira do desenvolvimento, com o intuito de se considerar as características sociais internas, história econômica e aspectos políticos das duas regiões. Analisando os indicadores tradicionais

(crescimento) e não tradicionais (desenvolvimento) com objetivo de encontrar uma resposta para a questão de se examinar as diferenças nessas duas regiões do país através dos indicadores tradicionais, aumentaria o contraste entre elas ao considerar os indicadores não tradicionais. O procedimento metodológico do trabalho foi uma análise exploratória descritiva de indicadores tradicionais e indicadores não tradicionais nas regiões estudadas do Brasil entre os anos de 2002 a 2010 e entre 2010 e 2013.

Foram utilizados os seguintes indicadores tradicionais: rendimento das pessoas economicamente ativas e o PIB das duas regiões do país. E indicadores não tradicionais como educação, sistema de esgoto e IDH. Observou-se a desigualdade econômica e social nas duas regiões; no que se refere à ingressantes na educação, o Nordeste se destacou de forma positiva do ano de 2002 a 2013 (SILVA, 2014).

Houve redução para o Sudeste nesta categoria, essa baixa é devido aos programas de assistência pública, especialmente à bolsa família, na qual ofereceu oportunidade de acesso na educação, para pessoas marginalizadas do Nordeste. As duas regiões tiveram melhor distribuição de renda entre 2002 e 2013. O acesso a esgoto em áreas urbanas e rurais entre as duas regiões mostrou que 86,5% da região mais rica do Brasil tem serviço de esgoto em área urbana, no ano de 2011 (SILVA, 2014).

Os dados do Nordeste mostram que mais de 50% das principais cidades, não recebe o serviço de coleta do esgoto. O PIB per capita do Sudeste cresceu de maneira mais acentuada do que na região Nordeste em 2012. E o IDH mostrou que o estado de São Paulo teve o maior IDH (2010) em todo período. No que diz respeito à fronteira do desenvolvimento, quando analisados primeiro os indicadores tradicionais e depois os não tradicionais, verificou-se que os resultados permanecem os mesmos na maior parte do estudo de 2002 a 2012. Apesar disso, houve evolução nas duas regiões, refletindo na variação positiva de alguns indicadores, PIB per capita e coleta de esgoto. (SILVA, 2014).

Assim a partir do que foi estudado pelos trabalhos o presente trabalho pretende realizar um estudo das principais variáveis de crescimento e desenvolvimento econômico para o país na última década, com o intuito de se entender quais são os pontos a serem mais bem explorados e aqueles em que o país apresenta maiores deficiências para se alcançar maiores níveis de crescimento e de desenvolvimento econômico.

# 3 METODOLOGIA

## 3.1 Área de Estudo

A área a ser estudada no presente trabalho é todo o país, com o intuito de se verificar o desempenho dos indicadores de crescimento e desenvolvimento econômico no Brasil. País que segundo dados do IBGE (2022) têm uma área de 8.510.345,540 km² de extensão e uma população de 213.317.639 pessoas, distribuídas em cinco regiões que seguem especificadas na Figura 1.

Figura 1 – Mapa do Brasil.

Fonte: IBGE (2022)

### 3.2 Organização dos Dados

A área de estudo para a realização dessa pesquisa foram os dados de crescimento e desenvolvimento econômico para o Brasil. Neste trabalho, a pesquisa é caracterizada por uma análise descritiva dos indicadores de crescimento e desenvolvimento, em que os principais indicadores a serem coletados são os especificados no Quadro 1. O período analisado foi escolhido para a última década e diante disso, contribuir com uma análise dos dados mais recentes.

Quadro 1 – Variáveis a serem analisadas

| Variável | Descrição | Fonte |
|---|---|---|
| **Renda Brasil** | Valores do PIB em US$ correntes | Banco Mundial |
| **Rendal Mundial** | Valores da renda de todos os países em US$ correntes | Banco Mundial |
| **IPCA** | Variação em relação ao último ano | IBGE |
| **Inflação Mundial** | Variação em relação ao último ano | Banco Mundial |
| **Juros Básicos (SELIC)** | Valor médio para cada ano | FMI |
| **Taxa de câmbio** | Valor médio para cada ano | FMI |
| **Exportações e Importações** | Valores em milhares de US$ | FMI |
| **Mercado de Trabalho** | População ocupada, desocupada e Taxa de Desemprego | FMI |
| **PIB *per capita*** | Valor em PPC em US$ de 2017 | Banco Mundial |
| **Índice de Gini** | Medida de Desigualdade na distribuição da renda | IBGE |
| **Acesso a Energia Elétrica** | Percentual da população rural e urbana com acesso ao serviço | Banco Mundial |
| **Expectativa de Vida e Taxa de Mortalidade** | Medida em anos e a taxa a cada mil pessoas | Banco Mundial |
| **Gastos da Educação** | Percentual do orçamento da educação por modalidade de ensino | Banco Mundial |
| **IDH** | Combinação de indicadores entre zero e um que indica qualidade de vida nos países | PNUD |

Fonte: Elaborado pela autora a partir das fontes consultadas.

A partir dos dados coletados será possível analisar as potencialidades e as deficiências encontradas pelo país na última década sobre a temática do crescimento e do desenvolvimento econômico no Brasil.

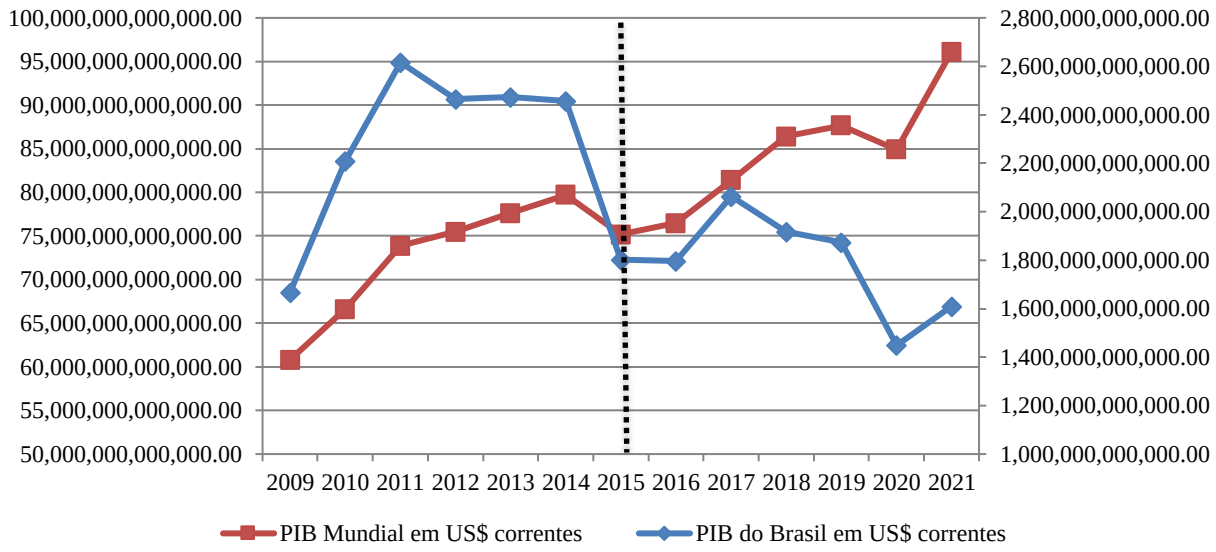
# 4 RESULTADOS

## 4.1 Evolução da Renda e o Cenário Macroeconômico da Economia Brasileira

Com o intuito de se avaliar a evolução da economia brasileira no período de 2010 a 2020 serão apresentados nessa seção alguns indicadores relacionados à renda e também os principais indicadores macroeconômicos como a inflação, a taxa de câmbio, os juros, além das exportações e importações. Ao final da seção será apresentado um panorama geral da população ocupada e da taxa de desemprego no país para esse período dos últimos anos.

Na Figura 2 apresenta-se a evolução do PIB brasileiro e do PIB mundial para o período compreendido entre os anos de 2009 a 2021.

Figura 2 – Evolução da Renda (PIB) em dólares correntes para o Brasil e para o Mundo.

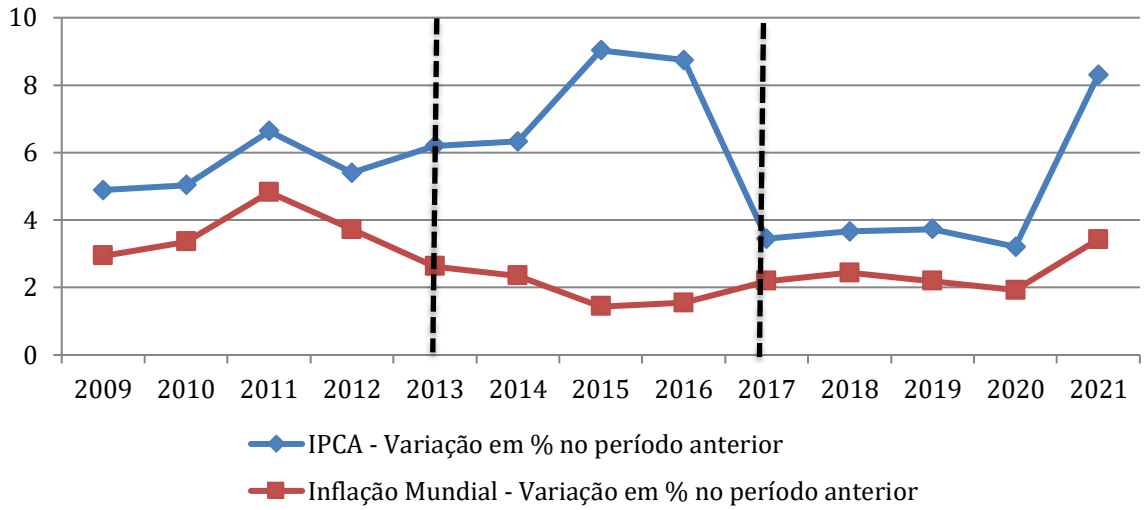



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Banco Mundial
Dados para o PIB do Brasil se encontram no eixo secundário

É possível observar a partir dos dados da Figura 2 que o PIB do Brasil e o PIB mundial apresentaram crescimento mais intenso entre os anos de 2009 a 2015, nesse período o PIB brasileiro apresentou uma taxa de crescimento de 47,33% enquanto o PIB mundial cresceu 31,08% para o mesmo período compreendido entre 2009 e 2015. Tal situação se reverte a partir de 2015, o PIB do Brasil apresenta desaceleração enquanto o PIB mundial continua em crescimento, porém mais lento do que no período anterior. Entre 2015 e 2021 o indicador da renda para o Brasil teve um decrescimento de 34,48% enquanto a renda mundial cresceu 20,56%.

Para tentar entender esse desaquecimento na economia brasileira é preciso entender o que ocorreu com o poder de compra da renda do país. Assim a Figura 3 trata da questão da evolução dos índices de preços para o Brasil e também para o mundo.

Figura 3 – Evolução do IPCA para o Brasil e dados da Inflação Média Mundial




Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do IBGE e do Banco Mundial

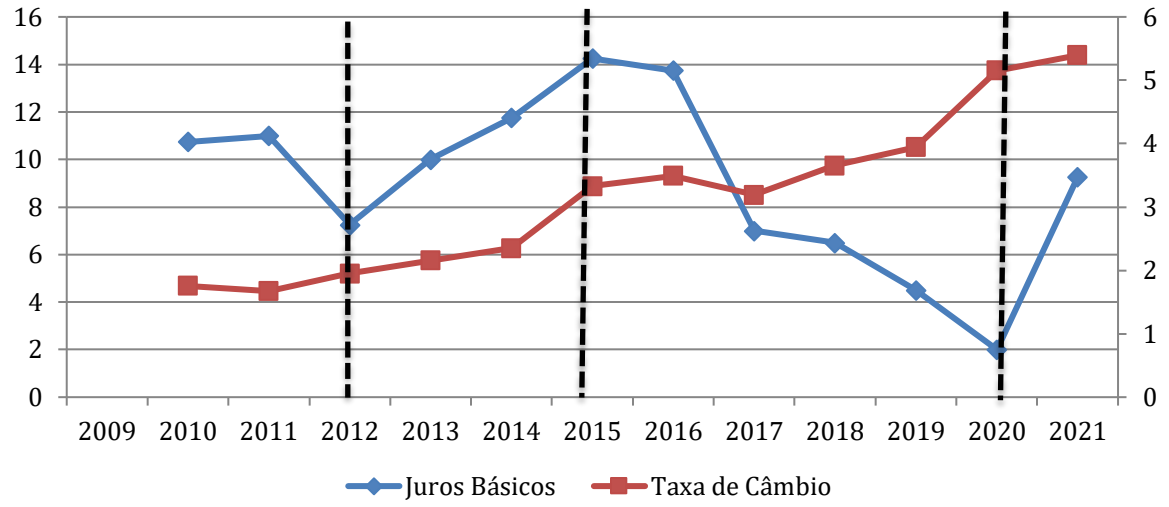
No período compreendido entre 2009 e 2013 pode-se observar que a inflação brasileira cresceu 26,92% enquanto a inflação mundial teve um decréscimo de 10,73%. Ou seja, mesmo no período de maior crescimento da renda o Brasil crescia com uma aceleração da taxa de inflação acima da encontrada na economia mundial. Entre o período de 2013 a 2017, no entanto, a inflação mundial apresenta menor decrescimento do que a inflação brasileira, com quedas de 16,37% e 44,45%, respectivamente.

Para o período mais recente entre 2017 e 2021 a inflação mundial e a inflação brasileira apresentaram um crescimento significativo, reflexos tanto da pandemia mundial da Covid 19, tanto da crise de abastecimento de energia na Europa e dos preços dos combustíveis, porém o efeito foi mais intenso no Brasil com um crescimento de 140,88% na inflação entre 2017 e 2021, enquanto a inflação mundial cresceu 56,19% para o mesmo período.

Para um melhor entendimento desse cenário de aumento nos preços é preciso também entender o que acontece com a variável que é a executora da política monetária no Brasil que é a taxa básica de juros (a Selic), e também a taxa de câmbio que é um fator de competitividade para

o produto nacional e também fomenta o recebimento de investimentos internacionais no país que são apresentadas na Figura 4.

Figura 4 – Evolução dos juros básicos (Selic em pontos percentuais) e da Taxa de Câmbio (em R$/US$) - valores médios para cada ano.




Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do FMI
Dados para taxa de câmbio se encontram no eixo secundário

Pela Figura 4 é possível observar que de 2010 a 2012 houve um decréscimo da taxa de juros em 32,56%, taxas de juros e taxas de câmbio tendem a se relacionar contrariamente uma vez que juros menores atraem menor nível de investimento internacional[2]. Assim para o mesmo período a desvalorização cambial foi de 11,02%. Entre os anos de 2012 a 2015 os juros básicos da economia brasileira apresentaram crescimento significativo, sendo da ordem de 96,55%, porém a taxa de câmbio não tendeu a se valorizar, continuando o processo de desvalorização da ordem de 70,34%.

Fato ainda em que cabe destaque é o período compreendido entre 2015 e 2020 em que a taxa de juros apresentou uma queda bastante significativa de 85,97%, o que indicava por parte da política monetária do país incentivar os investimentos privados e com isso aumentar a renda, fato que como pode ser observado na Figura 2 não ocorreu. Além disso, como esperado uma grande

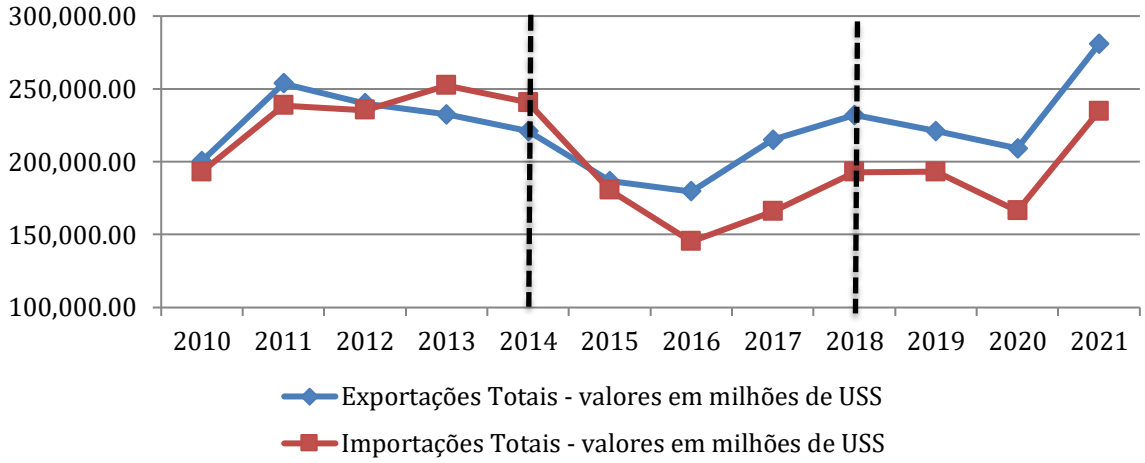
[2] Taxas de juros elevadas atraem maior capital externo e com isso consequentemente pode valorizar a taxa de câmbio. Porém cabe destacar que juros elevados não favorecem o investimento privado doméstico, uma vez que encarece o financiamento.

redução na taxa de juros veio acompanhada de uma significativa desvalorização do real frente ao dólar da ordem de 54,95%.

Para o período entre 2020 e 2021 frente à aceleração significativa da inflação vista na Figura 3 o Banco Central começou um processo de aumento intenso na taxa de juros, em apenas um ano o aumento foi de 362,5%. Dado o período de instabilidade nacional e internacional o real continuou mesmo com o aumento intenso nos juros se desvalorizando em 4,64% nesse período entre 2020 e 2021.

Tais taxas afetam diretamente o comércio internacional no país, que é fonte de divisas e pode contribuir para o crescimento da economia. Desvalorizações cambiais tornam o produto nacional mais atrativo no mercado externo, porém tornam as importações mais caras. Assim na Figura 5 abaixo será possível analisar o comportamento recente do comércio internacional brasileiro.

Figura 5 – Evolução das Importações e Exportações Totais da Economia Brasileira




Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do FMI

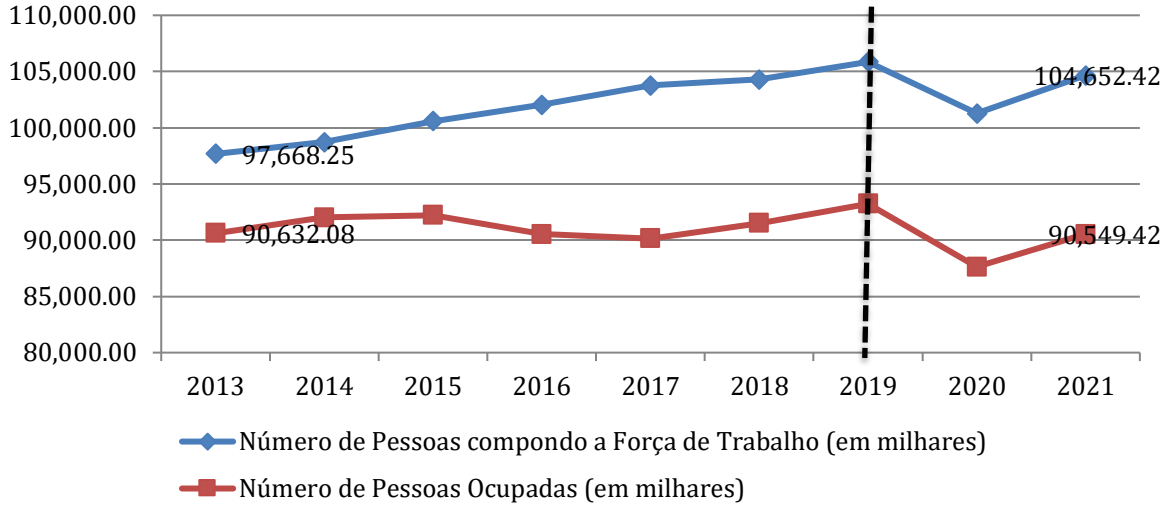
O período compreendido entre 2010 e 2014 apresenta uma aceleração mais intensa das importações do que das exportações, sobretudo, por ser um momento em que a desvalorização do câmbio estava em níveis menores, como visto na Figura 4. Os dados mostram que as exportações cresceram 10,22% nesse período e as importações 24,63%, tal fato tem como consequência que nos anos de 2013 e 2014 o saldo comercial brasileiro foi negativo.

De 2014 a 2018 com uma desvalorização cambial mais intensa o cenário foi mais benéfico para um estímulo às exportações que cresceram 4,96% enquanto as importações se

reduziram 19,91%, acompanhado dessa forma de sucessivos superávits comerciais. Entre 2018 e 2021 exportações e importações tem crescido ambas em taxas de 21,09% e 21,70%, respectivamente. Entre os anos de 2020 e 2021 o crescimento é mais intenso devido a pandemia e a necessidade de importação, sobretudo, de produtos hospitalares.

Observado o cenário macroeconômico, pode ser observado também o comportamento do mercado de trabalho no Brasil no período mais recente que será apresentado na Figura 6.

Figura 6 – Evolução da Força de Trabalho e do Número de Pessoas Ocupadas no Brasil



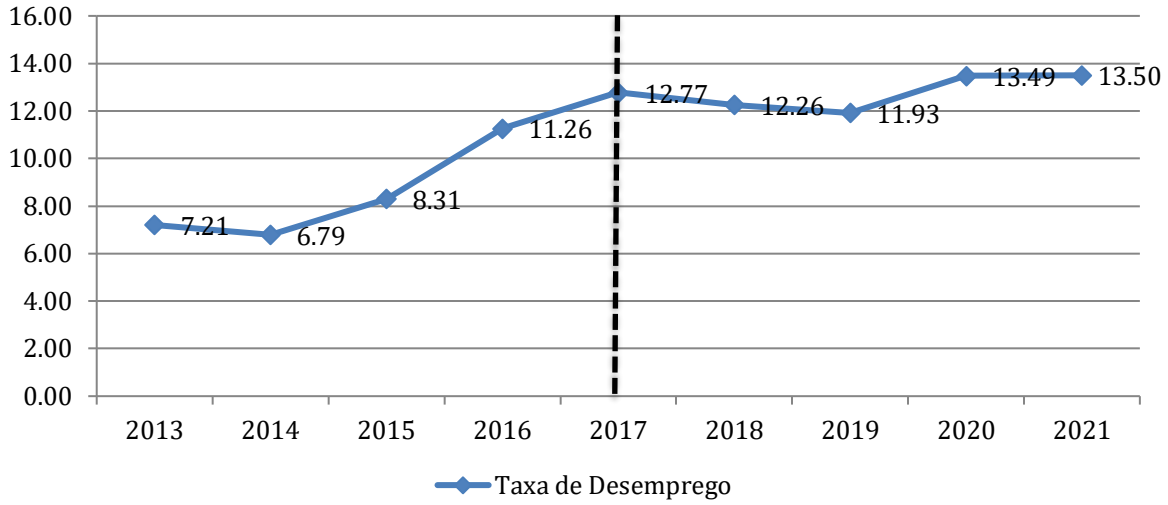

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do FMI

Entre 2013 a 2019 o mercado de trabalho no Brasil, no que se refere às pessoas compondo a força de trabalho e as pessoas ocupadas teve um crescimento relativamente estável, crescendo nesse período 8,38% e 2,86%, respectivamente. Detalhe que a força de trabalho cresceu 2,93 vezes mais do que o número de pessoas ocupadas nesse período.

Entre 2019 e 2021 pode ser observado um cenário negativo para o mercado de trabalho brasileiro, a força de trabalho se reduziu em 1,13% e as pessoas ocupadas diminuíram em 2,87%. Tal fato é um indicativo de que há um problema de absorção da mão de obra nesse período mais recente que pode ser, sobretudo, decorrente do acelerado decréscimo da renda observado nos últimos anos, que foi apresentado na Figura 2. Assim é relevante também analisar a evolução da taxa de desemprego brasileira que segue apresentada na Figura 7.

A partir dos dados é possível observar que existe uma aceleração do desemprego no Brasil, especialmente, entre os anos entre 2013 e 2017, em que houve um crescimento de 77,26% no número de desempregados no país.

Figura 7– Evolução da Taxa de Desemprego no Brasil – valores percentuais




Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do FMI

Para o período entre 2017 e 2021 o desemprego continuou crescendo, porém num ritmo menos intenso, porém ainda alto ao se observar que a taxa de desemprego registrada em 2021 foi de 13,50%, ou seja, mais de um décimo da força de trabalho não está sendo absorvida pelo mercado. Nesse período a taxa de desemprego cresceu 5,7%.

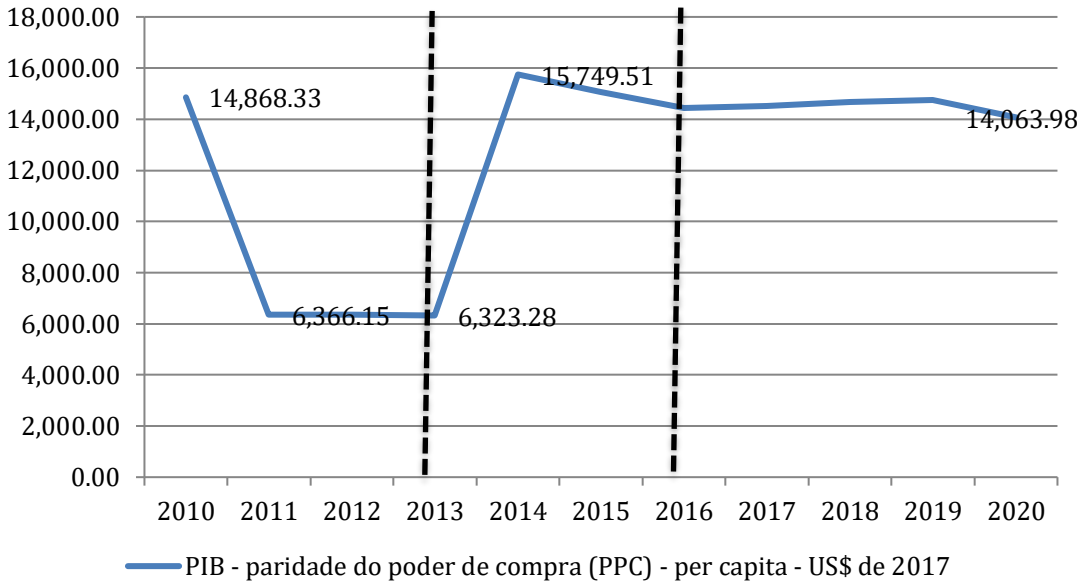
Em síntese pode-se dizer pelo que foi exposto nessa seção que o cenário macroeconômico brasileiro nesses últimos dez anos (2010 a 2020) teve uma deterioração dos seus indicadores de crescimento econômico. A renda apresentou um decréscimo de 35,98%, enquanto o nível de preços subiu em 66,75% e a moeda corrente nacional perdeu seu valor em 206,63% nesse período. Tais indicadores somados a alta nos juros e ao desaquecimento no mercado de trabalho mostram um desafio para que o Brasil venha a obter desenvolvimento econômico no período futuro. Dessa forma na próxima seção serão apresentados alguns indicadores de desenvolvimento econômico para o país, com o intuito de se ter um panorama da estrutura da economia brasileira em termos de bem-estar e de serviços oferecidos à população.

## 4.2 Análise dos Indicadores de Desenvolvimento Econômico

Como discutido ao longo desse trabalho os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico se diferem pela questão fundamental de que indicadores de desenvolvimento econômico têm por objetivo mostrar uma melhoria na qualidade de vida da população. Dessa forma, diferente do crescimento econômico que pode ser medido pela renda e que foi apresentado na seção anterior, nessa seção serão mostrados indicadores variados sobre medidas que tentem captar a evolução da estrutura social brasileira na última década.

O PIB *per capita* é uma tentativa de se construir uma medida de desenvolvimento econômico. Ele representaria se o total de bens e serviços finais produzidos no país dentro de um determinado período fosse dividido igualmente entre a população. Para o país, tal indicador é apresentado na Figura 8 abaixo.

Figura 8 – Evolução do PIB *per capita* – valores em dólares de 2017



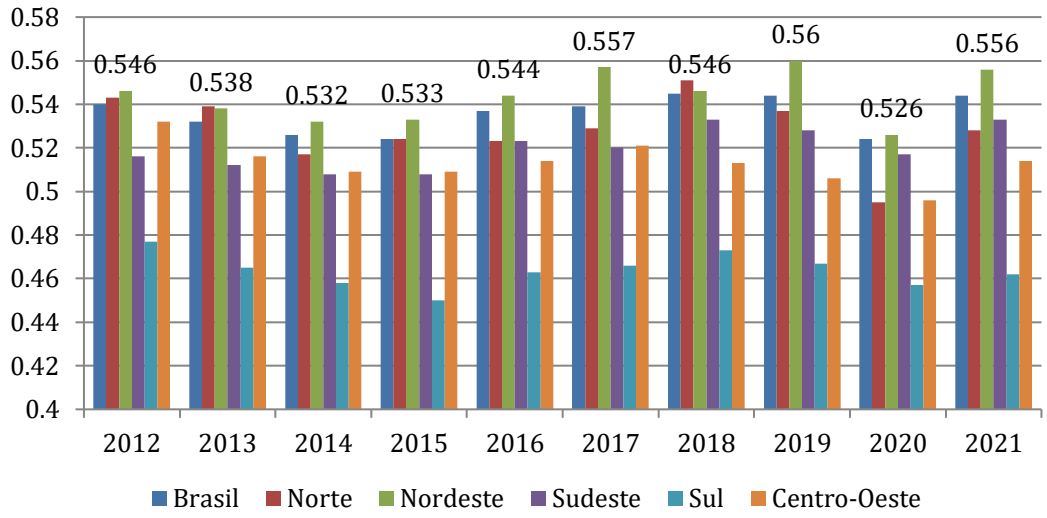

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Banco Mundial

Entre o período compreendido entre 2009 e 2013 é possível observar uma queda expressiva na renda per capita da ordem de 57,47%, sobretudo, devido à desaceleração da economia e a crise mundial iniciada em 2008. Entre 2013 e 2016 o indicador apresenta um crescimento 128,57%, e para o período mais recente entre 2016 e 2021 a queda foi de 2,68%. Esses dados sofrem influência da desvalorização cambial o que pode acabar por comprometer sua

análise, porém o que fica claro é que há uma perda em renda para a sociedade brasileira nos últimos anos.

Além disso, sobre esse indicador recaí a crítica de que nem toda a população tem acesso a esse valor apreendido pelo PIB per capita, pois há um problema de desigualdade que é captado pelo Índice de Gini, que será apresentado na Figura 9 abaixo.

Figura 9 – Índice de Gini para o Brasil e para as Regiões Brasileiras




Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do IBGE
O Indice de Gini é um valor calculado entre zero e um, em que valores mais próximos de um acabam por indicar maior concentração e valores mais próximos do zero indicam menor concentração na renda.

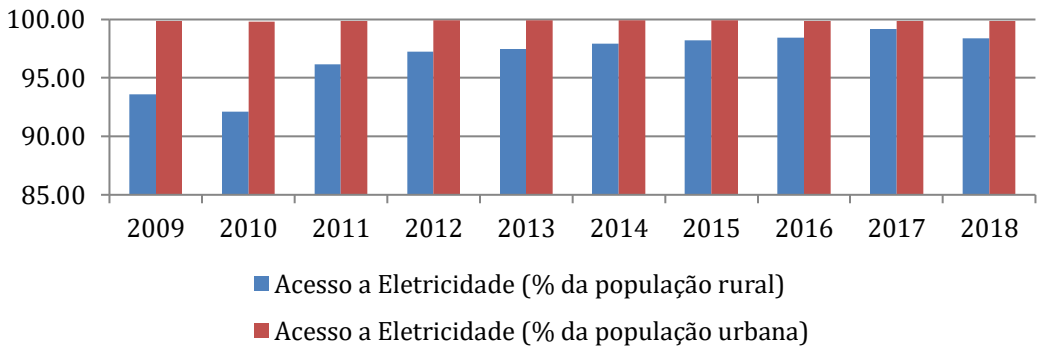
O Índice de Gini capta a desigualdade na distribuição da renda, assim para o Brasil como um todo entre 2012 e 2015 houve uma melhora na distribuição da renda apresentada pela redução do Gini em 2,96%. Porém entre 2015 e 2019 esse valor teve um aumento de 3,82%, o que é preocupante dado que os valores do Gini para o Brasil são historicamente elevados, o que é um indicativo ruim, uma vez que esse indicador ser elevado mostra a renda tem um problema de concentração histórica no país.

Como visto também na seção anterior há um problema de aceleração da inflação na economia brasileira, tal fato corrobora para um agravamento da concentração de renda. Além disso, num país com dimensões continentais e características bastante diferentes como o Brasil, é possível observar pela Figura 9 uma melhor estrutura de concentração de renda na região Sul (valores mais baixos) e uma estrutura mais concentrada na Região Nordeste (valores mais altos).

Outros elementos podem ser observados como medidas de evolução da estrutura socioeconômica de um país, principalmente aqueles que são de impacto na vida das pessoas, sobretudo, aqueles ligados à saúde, educação e acesso a infraestrutura.

Assim pode ser observado na Figura 10 o acesso das populações rurais e urbana a energia elétrica.

Figura 10 – Evolução do Acesso a Eletricidade no setor Urbano e Rural – valores em %

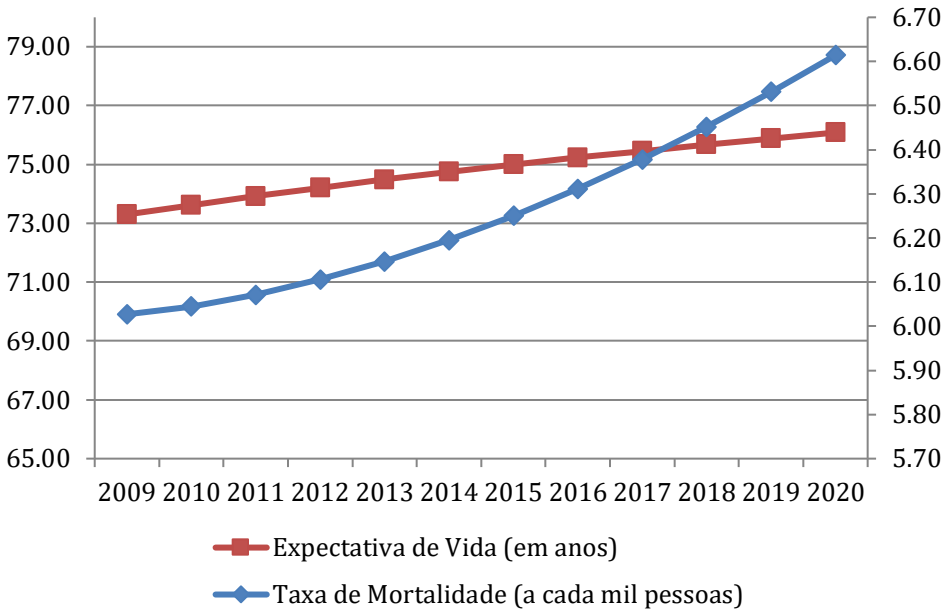



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Banco Mundial

A partir da Figura 10 é possível observar que o acesso a energia elétrica já era bastante próximo dos 100% nas áreas urbanas desde 2009, contudo a maior evolução foi nas áreas rurais que passou de uma porcentagem de acesso de 93,62% em 2009 chegando a 98,41% em 2018, um crescimento positivo de 5,12%. Esse maior acesso em áreas rurais significam maior infraestrutura em regiões mais afastadas dos centros urbanos que podem agora apresentar crescimento da economia local dado ao acesso a um serviço básico como o da energia elétrica.

Além da infraestrutura básica via energia elétrica, um dado relevante é a questão da expectativa de vida e da mortalidade num país, pois esses dados ajudam a o acesso da população à serviços fundamentais como saúde e alimentação. Assim na Figura 11 é mostrada a evolução dos dados de expectativa de vida para o Brasil e da taxa de mortalidade a cada mil habitantes.

Figura 11 – Evolução da Expectativa de Vida e da Taxa de Mortalidade no Brasil



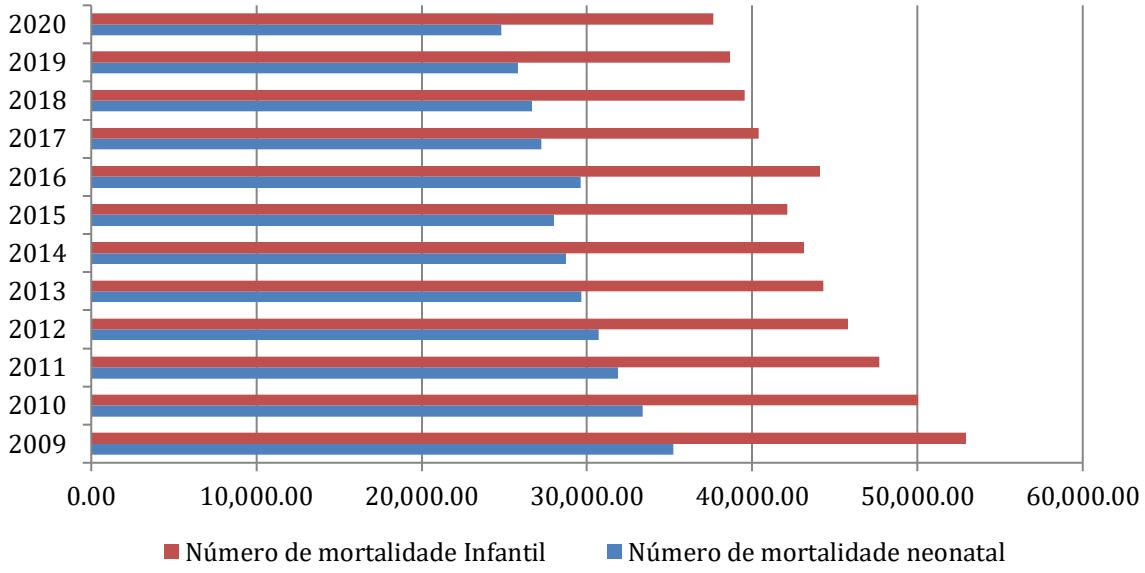

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Banco Mundial

Esses dados mostram que há um aumento na taxa de mortalidade entre 2009 e 2020 de 9,74%. Porém a expectativa de vida teve um aumento de 3,80% (2,78 anos) para o mesmo período. Isso indica que apesar da expectativa de vida ter aumentado a taxa de mortalidade também aumentou, cruzando esses dados ao da Figura 9 que mostra a significativa concentração de renda no país e as diferenças regionais que são bastante expressivas, a qualidade de vida da população não é um acesso a todos.

Somado a isso tem-se também os dados coletados no Banco Mundial (2022) que mostram que os leitos de hospitais por mil habitantes no país passaram de 2,43 em 2009 para 2,09 em 2020, uma queda de 13,99%, ou seja, há menos acesso a serviços de saúde no país que podem se refletir nesse aumento da taxa de mortalidade. Os leitos de hospital no mundo hoje são em média 2,89 o que representa uma taxa de 38,28% a mais de leitos do que os oferecidos no Brasil.

Além desses indicadores, outro de grande relevância são os dados de mortalidade infantil e neonatal, pois ajudam a expressar a falta de acesso a serviços básicos de alimentação e saúde não só a crianças, como também aos recém nascidos e também o acesso das mães aos serviços básicos de saúde. A Figura 12 apresenta esses valores e é possível observar pouca melhora nos indicadores nos últimos anos.

Figura 12 – Evolução da Mortalidade Infantil e Neonatal para o Brasil

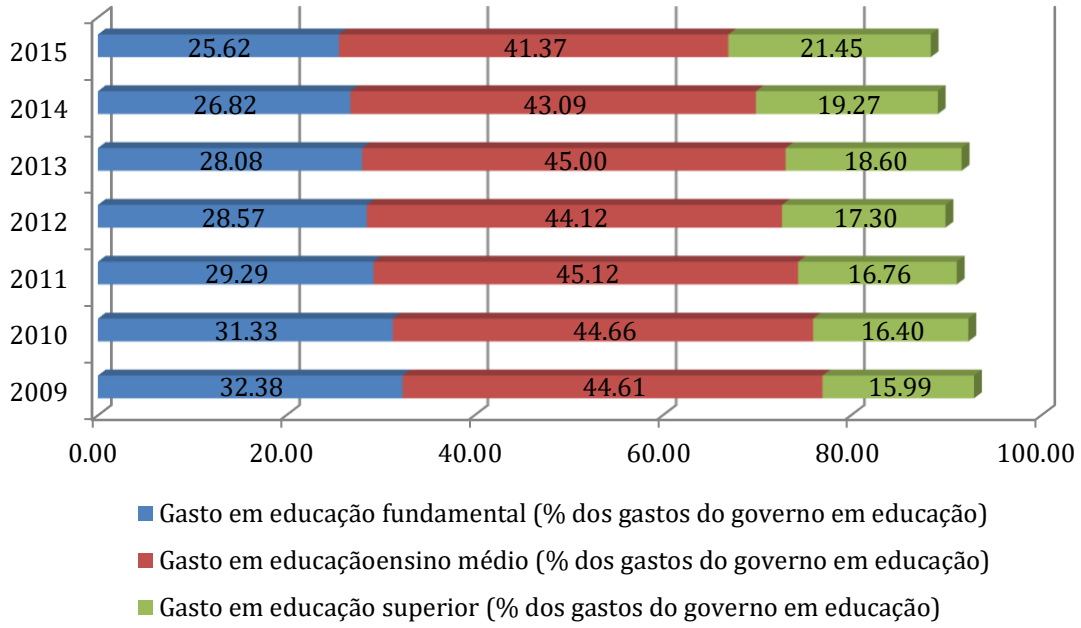



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Banco Mundial

A taxa de mortalidade infantil apresentou relativa melhora passando de 52.929 em 2009 para 37.657 em 2020, uma redução de 28,85%, semelhante redução ocorreu no número de mortes neonatais que teve uma redução de 29,55% no mesmo período. Em termos mundiais o Brasil apresenta 1,07% dos mortos neonatais e 0,99% da mortalidade infantil do mundo. Valores que podem ser melhorados com maior crescimento econômico e direcionamento da renda para programas de assistência a saúde e educação, principalmente em áreas historicamente marcadas pela concentração da renda e falta de acesso à serviços básicos.

Tão importante quanto ao acesso à saúde e alimentação, tem-se o acesso a educação como uma possibilidade de garantir melhoria na produtividade do país, como no acesso da população a melhores condições de vida, sobretudo, pela inserção no mercado de trabalho. Na Figura 12 é apresentada a evolução dos gastos em educação no Brasil por modalidade de ensino sobre o orçamento da educação.

Figura 13 – Evolução dos Gastos em Educação no Brasil por modalidade de ensino - valores em porcentagem do orçamento da educação.

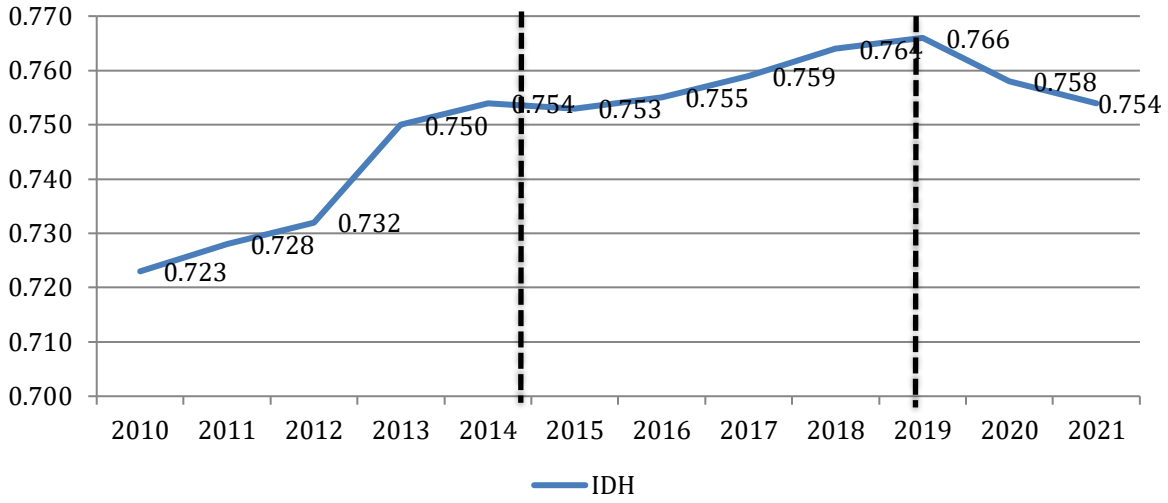



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Banco Mundial

É possível observar uma reconfiguração dos gastos entre 2009 a 2015, aumentando-se as despesas com ensino superior que passou de 15,99% para 21,45% (aumento de 34,15%) e reduzindo as despesas com a educação fundamental (-20,87%) e em educação de nível médio (-7,26%). Nesse período está a consolidação da expansão das universidades ocorridas, sobretudo, a partir de 2006 com o avanço dos s programas como o FIES e o Prouni.

Esses dados conseguem fazer um panorama do acesso da população à renda, saúde, educação e por isso o Índice de Desenvolvimento Humano tenta ponderar esses indicadores com o intuito de oferecer uma média da qualidade de vida da população nos países. O Brasil dado os critérios do IDH se enquadra como um país de alta renda (valores superiores a 0,7), porém quando estudado como o estudo realizado nessa seção ainda existe muitos indicadores básicos que podem ser melhorados. A evolução do IDH encontra-se na Figura 14.

Figura 14– Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano para o Brasil




Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da PNUD

O IDH do país teve uma aceleração significativa entre 2010 e 2014, em que cresceu 4,29%, tal fato se deve, sobretudo a medidas de transferência de renda que foram iniciadas no país com maior intensidade em 2003. Esse crescimento foi menos intenso entre 2014 e 2019 em que foi da ordem de 1,59%. Contudo com a deterioração da renda, com o processo inflacionário recente entre 2019 e 2021 houve uma piora medida pelo IDH caindo cerca de 1,57%. Tal fato indica que como foi visto na seção anterior a queda no crescimento econômico tem efeito sobre o IDH que é uma medida de desenvolvimento econômico.

Nesta seção ao que tudo nos leva a observar é que o país até meados da metade da década (2015) apresentava uma melhora nos seus indicadores, porém com a acentuação da crise econômica doméstica, a pandemia mundial, a forte desvalorização da moeda, a perda no poder de compra (inflação) acabam por impactar fortemente sobre o mercado de trabalho (aumento do desemprego) e com isso os indicadores sociais acabam sofrendo grande pressão e acaba sendo observado na redução recente tanto do IDH quanto dos números de leito em hospitais quanto na concentração de renda. Assim é possível observar os desafios do país para um futuro próximo em retomar seus indicadores de crescimento e desenvolvimento para uma rota ascendente.

## 5 Considerações Finais

Esse trabalho teve o intuito de analisar os indicadores econômicos e sociais do Brasil entre os períodos de 2010 e 2020. Mais especificamente o que se esperava foi: i) analisar a evolução dos indicadores de crescimento como renda, número de empregados, mão de obra desempregada, PIB per capita do Brasil; ii) analisar a evolução dos indicadores sociais como o IDH; iii) avaliar a evolução do indicador de desigualdade (Gini) e o acesso dos brasileiros à educação, saúde e infraestrutura.

Como resposta foi possível observar que nessa última década o cenário macroeconômico brasileiro teve uma deterioração significativa, com quedas na renda mais acentuada do que a queda no mundo, e a aceleração da inflação no Brasil também foi mais intensa do que a aceleração no nível de preços mundial. O mercado de trabalho no país também apresentou uma deterioração dado que como a renda tem decrescido (35,98% entre 2009 e 2021), a população tem encontrado cada vez maior dificuldade em se inserir no mercado de trabalho, fato observado pela última taxa de desemprego de 2021 ser de 13,50% o que significa um crescimento de 57,24% em oito anos (2013 a 2021).

No que tange aos indicadores sociais o acesso a renda medido pela renda per capita teve uma piora nos anos recentes (queda de 2,68% entre 2016 e 2020) o que se agrava dado ao aumento da concentração da renda observado pelo Índice de Gini. Quanto ao acesso a serviços de infraestrutura houve uma melhoria no indicador de energia elétrica para o setor rural o que pode ser um avanço no sentido de trazer avanço econômico para regiões mais afastadas dos grandes centros. Em termos de saúde é preocupante o aumento da taxa de mortalidade e da diminuição de leitos hospitalares. No que se refere a educação é notável a expansão dos gastos com ensino superior, porém é devido prestar atenção não nos recursos no orçamento, mas na qualidade da gestão e do direcionamento das políticas educacionais.

Por fim dado a deterioração nos indicadores de renda é possível observar o impacto sobre o IDH que apresentou uma queda de 1,57% entre 2020 e 2021. Somando a análise dos indicadores de crescimento e desenvolvimento observa-se que o Brasil tem um desafio para os próximos anos em alcançar uma trajetória de crescimento ascendente da renda e, sobretudo alcançar níveis mais baixos de inflação que podem impulsionar os indicadores de desenvolvimento econômico.

Os dados desse trabalho ficaram limitados a algumas fontes como o FMI e o Banco Mundial, assim seria interessante uma continuação desse trabalho com análises de índices de crescimento e desenvolvimento com dados completos de períodos maiores comparando desde o plano real que é a base de comparação desses indicadores, e também um maior enfoque na discussão desses dados em termos regionais, uma vez que como observado nesse trabalho a concentração de renda tem perfis bastante diferente nas regiões do país.

## REFERÊNCIAS


BOTASSIO, Diego Camargo; OLIVEIRA, Gilson Batista de. EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL E SEUS INDICADORES NAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO DO BRASIL. **Revista Observatorio de La Economía Latinoamericana**, p. 1-19, ago. 2018.. Disponível em: https://www.eumed.net/rev/oel/2018/08/desenvolvimento-humano-municipal.html. Acesso em: 30 mar. 2022.

BRESSER PEREIRA, L. C. **O Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: EESP/FGV, Texto para discussão n.157, p. 01-46, 31 maio 2008. Disponível em: http://www.bresserpereira.org.br/papers/2008/08.18.ConceitoHist%C3%B3ricoDesenvolvimento.31.5.pdf. Acesso em: 30 mar. 2022.

BANCO MUNDIAL – Work Bank Open Data 2022. Disponível em< https://data.worldbank.org/> Acesso em: 10 out. 2022

CAVALCANTI, C. et al. (Org.). **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável**. Recife, Brasil: Instituto de Pesquisas Sociais – INPSO; Fundação Joaquim Nabuco FUNDAJ; Ministério de Educacão, 1994. P. 262. Disponível em: http://www.ufbaecologica.ufba.br/arquivos/livro_desenvolvimento_natureza.pdf.

FMI – FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL – IMF DATA 2022 - Disponível em< https://www.imf.org/en/Data/> Acesso em: 10 out. 2022

IBGE. **Mapas**. https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa58. Acesso em: 17/10/2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica (org.). **Produto Interno Bruto - PIB**. 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php#:~:text=O%20PIB%20%C3%A9%20a%20soma,R%24%207%2C4%20trilh%C3%B5es.&text=O%20PIB%20mede%20apenas%20os,finais%20par%20evitar%20dupla%20contagem. Acesso em: 05 abr. 2022.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (org.). **O que é? - Índice de Gini**. 2022. Disponível em:https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28. Acesso em: 05 abr. 2022.

IPEADATA: **Dados Macroeconômico e Social**. http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx. Acesso em: 11/10/2022.

IPEADATA. **Produto interno bruto (PIB) a preços de mercado - deflator implícito: variação anual**. Disponível em: http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=1184389724&module=M. Acesso em 17/10/2022.

JONES, Charles I.; VOLLRATH, Dietrich. **Introdução à teoria do crescimento econômico**. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. 282 p.

OLIVEIRA, Osmar Faustino; DE CARVALHO NETO, Manoel Raymundo; MIRANDA DE SOUZA, Flávio Antônio. SUCINTA INTRODUÇÃO AO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA PERSPECTIVA DE BRESSER-PEREIRA. **Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho**, v. 7, n. 2, p. 72–83, 2018. Disponível em:

https://periodicos.ufrn.br/rerut/issue/view/857/284. Acesso em: 20 mar. 2022.

PNUD. Programa das Nações Unidas Para O Desenvolvimento (org.). **Índice de Desenvolvimento Humano**. 2022. Disponível em: https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html. Acesso em: 05 abr. 2022.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (org.). **Relatório de Desenvolvimento Humano: Tabelas de índices compostos de Desenvolvimento Humano mais recentes**. Disponível em: https://hdr.undp.org/data-center/documentation-and-downloads. Acesso em: 12/10/2022.

SANTOS, Ricardo Fernandes; SCHLINDWEIN, Madalena Maria. ANÁLISE DE INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRO-OESTE DO BRASIL. Três Corações – Mg**: Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 12, n. 1, 30 jul. 2014 Contínua. Disponível em: file:///C:/Users/05939253199/Downloads/DialnetAnaliseDeIndicadoresDeDesenvolvimentoDaRegiaoCentr-4901373.pdf. Acesso em: 30 mar.2022. 2014.

SILVA, Guilherme Jorge da. **Análise Comparativa dos Indicadores Socioeconômicos das Regiões Sudeste e Nordeste do Brasil: um Estudo na Fronteira da economia do Desenvolvimento**. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Econômicas,, Departamento de Economia, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, p. 50. 2014. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/142886/000830011.pdf?sequence=1. Acesso em: 30 mar. 2022.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. 6. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2012. 309 p.